

Assimetrias entre ricos (Norte) e Pobres (Sul) na era da Globalização

*Asymmetries between Rich (North) and Poor (South)
in the era of Globalization*

Asimetrías entre Ricos (Norte) y Pobres (Sur) en la era de la Globalización

Nelson Antonio Mula¹

Resumo

MULA, Nelson Antonio. Assimetrias entre ricos (Norte) e Pobres (Sul) na era da Globalização. *Rev. Ciência & Trópico*, v. 47, n. 2, p. 29-40, 2023. DOI: [https://doi.org/10.33148/CETROPICOv47n2\(2023\)art2](https://doi.org/10.33148/CETROPICOv47n2(2023)art2)

Este artigo enquadra-se nas teorias de desenvolvimento como uma tentativa de dar mais subsídios ao campo da literatura em estudos da população e desenvolvimento, integrado no curso de Mestrado em População e Desenvolvimento da Universidade Eduardo Mondlane. Trata-se de um artigo de revisão da literatura baseado em materiais já existentes com vistas a compreender as assimetrias existentes entre os países desenvolvidos e em via de desenvolvimento (ricos/norte e pobres/sul) no contexto da globalização que tem caracterizado o mundo atual. Sendo a globalização um processo que envolve a integração cada vez maior entre os países, por meio do aumento do comércio internacional, investimentos estrangeiros e fluxos de capital, bem como a disseminação de tecnologias de comunicação e transporte, ela também trouxe consigo uma série de desafios, entre eles acentuar as assimetrias entre os ricos do Norte e os pobres do Sul.

Palavras-chaves: Assimetrias. Ricos e Pobres. Globalização.

Abstract

MULA, Nelson Antonio. Asymmetries between Rich (North) and Poor (South) in the era of Globalization. *Rev. Ciência & Trópico*, v. 47, n. 2, p. 29-40, 2023. DOI: [https://doi.org/10.33148/CETROPICOv47n2\(2023\)art2](https://doi.org/10.33148/CETROPICOv47n2(2023)art2)

Article fits into development theories as an attempt to provide more support to the field of literature in population and development studies, integrated into the Master's degree in Population and Development at Eduardo Mondlane University. This is a literature review article based on existing materials with a view to understanding the asymmetries that exist between developed and developing countries (rich/north and poor/south) in the context of globalization that has characterized the current world. Since globalization is a process that involves increasing integration between

¹ Mestrando em População e Desenvolvimento pela Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique. E-mail: nelmulas@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-5555-1412>

countries, through increased international trade, foreign investment and capital flows, as well as the dissemination of communication and transport technologies, it has also brought with it a series of challenges, including accentuating the asymmetries between the rich in the North and the poor in the South.

Keywords: Asymmetries. Rich and Poor. Globalization.

Resumen

MULA, Nelson Antonio. Asimetrías entre Ricos (Norte) y Pobres (Sur) en la era de la Globalización. *Rev. Ciência & Trópico*, v. 47, n. 2, p. 29-40, 2023. DOI: [https://doi.org/10.33148/CETROPICOv47n2\(2023\)art2](https://doi.org/10.33148/CETROPICOv47n2(2023)art2)

El artículo se inserta en las teorías del desarrollo como un intento de brindar mayor apoyo al campo de la literatura en estudios de población y desarrollo, integrado en la Maestría en Población y Desarrollo de la Universidad Eduardo Mondlane. Este es un artículo de revisión de literatura basado en materiales existentes con miras a comprender las asimetrías que existen entre países desarrollados y en desarrollo (ricos/norte y pobres/sur) en el contexto de globalización que ha caracterizado al mundo actual. Dado que la globalización es un proceso que implica una creciente integración entre países, a través de un aumento del comercio internacional, la inversión extranjera y los flujos de capital, así como la difusión de tecnologías de comunicación y transporte, ella también ha traído consigo una serie de desafíos, entre ellos acentuar las asimetrías entre los ricos del Norte y los pobres del Sur.

Palabras clave: Asimetrías. Rico y pobre. Globalización.

Data de submissão: 17/09/2023

Data de aceite: 13/11/2023

1. Introdução

O mundo atual se caracteriza pelo que se conhece como mundialização ou globalização, isto é, a crescente gravitação dos processos econômicos, sociais e culturais de caráter mundial nos âmbitos regional e nacional. Mesmo não se tratando de um processo novo, dado que tem profundas raízes históricas, as mudanças em termos de espaços e tempos provocadas pela revolução nas comunicações vêm incorporando à globalização novas dimensões que representam transformações qualitativas em relação ao passado. Porém, o avanço das tecnologias de informação e comunicação, a redução dos custos de transporte, as mudanças nos padrões de consumo, hábitos usos e costumes entre outros aspetos concomitantes à globalização não implicam uma universalização nem homogeneização da sociedade global. Existem evidências de que a globalização está a polarizar geograficamente o mundo inteiro entre os que têm e os que não têm. Uma das principais razões para a existência de assimetrias entre ricos e

pobres na era da globalização é a desigualdade no acesso aos benefícios trazidos por esse processo. Os países do Norte, que já possuíam um desenvolvimento econômico mais avançado, se beneficiaram mais da globalização, uma vez que possuem maior capacidade de atrair investimentos estrangeiros, tecnologias de ponta e acessar os mercados globais. Por outro lado, os países do Sul, que muitas vezes possuem economias mais frágeis, enfrentam dificuldades para competir de forma igualitária nessa nova ordem global. Outro fator que contribui para as assimetrias entre ricos e pobres na era da globalização é a concentração de poder econômico e político nas mãos das nações mais desenvolvidas. Os países do Norte têm maior representatividade nas instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, o que lhes confere maior influência na definição das políticas globais. Isso dificulta a participação efetiva dos países do Sul na tomada de decisões e no estabelecimento de regras que sejam mais favoráveis aos seus interesses.

Nesta ótica, este artigo pretende evidenciar as assimetrias entre o norte e o sul na era da globalização identificando as causas.

No que tange à metodologia, a elaboração do artigo restringiu-se à pesquisa bibliográfica da temática em análise. Para o efeito, após uma breve contextualização em que se discute o conceito da globalização *versus* desigualdades sociais no mundo, faz-se uma abordagem temática das diferenças existentes entre os “dois mundos” e as medidas para a redução das assimetrias no quadro da globalização, e por fim, as considerações finais.

2. Discussões sobre o conceito da globalização

Embora pareça recente, o fenômeno da globalização é antigo, tendo, se originado nas grandes navegações do final do século XIV e início do século XV. Antes de 1915, a configuração dos investimentos externos e pelo comércio internacional era a mesma que a atual (MAGALHÃES, 2005). A partir da década de 1990, com o fim da Guerra Fria, a menor intervenção estatal na economia e o recrudescimento do neoliberalismo, intensificaram-se as discussões sobre o tema. No século XXI, o cotidiano das pessoas e comunidades está inexoravelmente submetido às oportunidades e ameaças da globalização.

De acordo com Guillochon e Guedes (1998), desde a sua emergência nos anos oitenta para designar o reforço das interdependências, o termo globalização tem sido objeto de debate em quase todas as áreas do saber. Não obstante ser bastante debatida, a globalização continua um enigma, permanecendo rígido entre duas pontas de caracterização. Uns caracterizam-na como processo, olhando para as transformações que ocorrem no dia-a-dia no planeta; outros, mostrando a sua impressão com tais transformações, preferem caracterizá-la como fenômeno.

Na verdade, as transformações em todos os domínios da sociedade são visíveis. Quando se olha para o conceito, a globalização é transversal, o que realmente impressiona. Nas ciências sociais e políticas, esse processo ou fenômeno é mais interessante, pois é nesta área do saber que se levantam grandes discussões sobre qual deve ser a definição cabalmente aceita. Com efeito, vários cientistas sociais e

políticos, incluindo filósofos, têm-se preocupado com a busca de conceito mais cabal e mais uniforme da globalização.

Hirst e Thompson (2001) consideram globalização “ o desenvolvimento de uma nova estrutura econômica voltada para um comércio e investimento internacionais dentro de um conjunto existente de relações econômicas”. Esses autores acrescentam que um processo como este (globalização) implica a continuidade da relativa separação das infraestruturas internas e internacionais para a formulação de políticas de administração dos assuntos econômicos.

Held, McGrew, *et al* (1999), entendem que a globalização refere-se à multiplicidade de ligações e interconexões entre os Estados e as sociedades que caracterizam o presente sistema mundial. Estes autores descrevem o processo pelo qual os acontecimentos, as decisões e atividades levadas a cabo numa parte do mundo acarretam consequências significativas para os indivíduos e comunidades em zonas distintas do globo.

Para Held, McGrew, *et al* (1999), a globalização compreende dois fenômenos distintos: alcance (extensão) e intensidade (profundidade). Por um lado, definem um conjunto de processos que abrangem a maioria do globo e que atuam mundialmente; o conceito tem, por isso, uma conotação espacial. Por outro lado, está também implícita uma intensificação dos níveis de interação, interconjugação ou interdependência entre os Estados e sociedades que constituem a comunidade mundial.

Trata-se de um processo complexo que atravessa as mais diversas áreas da vida social, da globalização dos sistemas produtivos e financeiros à revolução das tecnologias e práticas de informação e comunicação, da erosão do Estado e redescoberta da sociedade civil ao aumento exponencial das desigualdades sociais, das grandes movimentações fronteiriças de pessoas como imigrantes, turistas ou naufragos, ao protagonismo das empresas multinacionais e das instituições financeiras multilaterais, das novas práticas culturais e identitárias aos estudo de consumo globalizado (SANTOS, 2002, p. 11).

Para Santos (2002), a globalização é um processo ou fenômeno complexo que atravessa diversas áreas da vida social, tais como sistemas produtivos e financeiros, revolução tecnológica, revolução de práticas de informação e de comunicação, erosão do Estado-Nação e da redescoberta da sociedade civil. Ainda pode-se apontar o aumento exponencial das desigualdades sociais, as grandes movimentações transfronteiriças de pessoas como emigrantes, turistas ou refugiados, o protagonismo das empresas e das instituições financeiras multilaterais e as práticas culturais e identitárias e as novas formas de busca do saber ou do conhecimento. Para Bauman (1999), a globalização é paradoxal, pois é muito benéfica para pouquíssimos, mas deixa de fora ou marginaliza dois terços da população mundial.

A globalização está na ordem do dia; uma palavra da moda que se transforma rapidamente em um lema, uma encantação mágica, uma senha capaz de abrir as portas de todos os mistérios presentes e futuros. Para alguns, globalização é o que devemos fazer, se quisermos ser felizes; para outros, é a causa da nossa infelicidade (BAUMAN, 1999).

Muitos autores e estudiosos definem a globalização sob diferentes ópticas, mas concordam com os seus impactos. Milton Santos (2000) reitera o avanço tecnológico, a

exploração geográfica planetária e a mais-valia do capital como fatores determinantes da dinâmica globalizadora perversa. No mesmo sentido, Beni (2003, p. 14) explica que a globalização é processo irreversível e, como toda a criação humana feita por grupos de poder, apresenta regras, tanto as que impelem ao progresso de todos, repartindo benefícios e assegurando perspectivas de médio e longo prazo, como as limitadoras e forçosamente injustas quando cerceiam a livre concorrência do mercado.

Minc (1999) sugere a importância de compreender-se o fenômeno e a dicotomia entre padronização e autenticidade. Para ele, a globalização teve sucesso. Apesar de onipresente, ela é inatingível. É uma realidade, e não passa de uma ideia. Contradição sem precedentes, porque, até o presente momento, as sociedades se rebelaram contra um poder, um regime, uma classe dominante e nunca contra um conceito. Essa é a estranheza da situação: quanto menos a globalização se manifesta de maneira tangível, mais ela polariza as angústias e as inquietudes reforçando o desejo de proteção e, portanto, o desejo de identidade.

Sene (2004) aborda a reformulação da economia mundial e afirma: “esse novo cenário capitalista torna mais difícil a superação do subdesenvolvimento e mantém muitos países marginalizados da era informacional e da globalização econômica”. Diante dos inúmeros e crescentes avanços tecnológicos, somente as pessoas com maior nível de instrução beneficiam-se, pois, só a mão-de-obra qualificada é absorvida no mercado.

Para Barbosa (2006), o desempenho econômico dos países depende principalmente da competição entre as empresas, que se confrontam na globalização. A competitividade em tecnologia e no comércio internacional são fundamentais para a produtividade e o desempenho econômico. O autor destaca o comércio exterior como poderoso fator de expansão, modernização tecnológica e aumento da renda.

3. Globalização versus desigualdades sociais no mundo

Em um artigo intitulado “Globalização e Desigualdades”, Manuel Carvalho Da Silva afirma que o aumento das desigualdades é, sem dúvida, um dos grandes temas de debate atual e a sua dimensão chocante é de uma violência irracional ante os avanços civilizacionais a que as sociedades se alcançaram aos meios materiais, técnicos, científicos e comunicacionais hoje disponíveis.

Da Silva (2017) explica que, nas últimas décadas, a “desigualdade”, sobretudo nos países mais desenvolvidos, atinge níveis idênticos aos verificados antes da Grande Depressão de 1929. Os seus efeitos negativos são profundos e vão desde a amputação do crescimento econômico potencial, aos impactos negativos na saúde e no bem-estar. Em nível internacional, argumenta-se que o aumento das desigualdades nos países mais desenvolvidos, onde o rendimento das classes trabalhadoras estagnou ou caiu durante os últimos vinte anos, se deve ao inexorável processo de globalização da economia.

Para Silva (2017), as perdas salariais dos trabalhadores dos países ricos são o contraponto do crescimento salarial dos trabalhadores dos países pobres. Esta seria a nova divisão internacional do trabalho resultante da liberalização comercial. Ao aumento da desigualdade dentro de cada país, corresponderia assim uma diminuição da

“desigualdade” entre países. Essa linha argumentativa é promotora da inação política, e esquece três dados essenciais. Primeiro, tem havido aumentos salariais nos países mais pobres, mas muito concentrados em países como a China, onde a luta laboral por melhores condições se tem revelado intensa e com bons resultados para os trabalhadores, embora silenciada no espaço público, por interesse do poder político chinês e porque, no Ocidente esconde-se a expressão e os impactos dessas lutas.

Ainda de acordo com Da Silva (2017), a suposta convergência de rendimentos verificada à escala internacional esquece sempre a formidável concentração de rendimentos que se observa no topo da escala. Entre 1988 e 2008, por cada dólar acrescido ao rendimento mundial, 44 cêntimos foram apropriados pelos 5% mais ricos. Se alargarmos a observação até aos 10% da população do topo da escala, vemos que eles ficam com 60% de cada dólar. O aumento das desigualdades não é, no fundamental, o resultado da competição entre trabalhadores de diferentes nacionalidades, mas sim, uma disputa entre o comum dos trabalhadores e uma elite com expressões específicas em cada país e com dimensão absolutamente internacionalizada. De acordo com Santos (2002), o impacto das empresas multinacionais nas novas formações de classe e na desigualdade a nível mundial tem sido amplamente debatido nos últimos anos.

As novas desigualdades sociais produzidas por essa estrutura de classe têm vindo a ser amplamente reconhecidas mesmo pelas agências multilaterais que têm liderado este modelo de globalização, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

4. Assimetrias entre ricos (norte) e pobres (sul) na era da globalização

Se, por um lado, vivemos hoje num mundo mais pequeno, onde é mais fácil e rápido viajar, comunicar e aceder o conhecimento, por outro lado, não temos todos o mesmo acesso a essas benesses e incorremos numa dualidade crescente e perigosa entre norte/sul, centro/periferia, incluídos/excluídos, numa lógica de dominação económica, social, política e cultural por parte dos mais fortes e mais desenvolvidos.

O desenvolvimento mais assimétrico entre países é uma das características mais visíveis da globalização. “A riqueza, o rendimento, os recursos e o consumo concentram-se nas sociedades desenvolvidas, enquanto grande parte do mundo em vias de desenvolvimento debate-se com a pobreza, a fome, as doenças e a dívida externa” (GIDDENS, 2004).

Para Santos (2002), é hoje evidente que a iniquidade da distribuição da riqueza mundial se agravou nas duas últimas décadas: 54 dos 84 países menos desenvolvidos viram o seu PIB *per capita* decrescer nos anos 80; em 14 deles a diminuição rondou os 35%. Segundo o Relatório do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas de 2001 (PNUD, 2001), mais de 1,2 bilião de pessoas (pouco menos que 1/4 da população mundial) vivem na pobreza absoluta, ou seja, com um rendimento inferior a um dólar por dia e outros 2,8 biliões vivem apenas com o dobro desse rendimento (PNUD, 2001,9). Segundo o Relatório do Desenvolvimento do Banco Mundial de 1995, o conjunto dos países pobres, onde vivem 85,2% da população mundial, detém apenas 21,5% do rendimento mundial, enquanto o conjunto dos países ricos, com 14,8% da população mundial, detém 78,5% do rendimento mundial.

Segundo dados do *Federal Reserve Bank*, 1% das famílias norte-americanas detinha 40% da riqueza do país e as 20% mais ricas detinham 80% da riqueza do país. Segundo o Banco Mundial, essa concentração não tinha precedentes na história dos EUA, nem comparação com os outros países industrializados (SANTOS, 2002).

O consenso neoliberal entre os países centrais é imposto aos países periféricos e semiperiféricos através do controle da dívida externa efetuada pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. Daí que, essas duas instituições sejam consideradas responsáveis pela “globalização da pobreza” (SANTOS, 2002). A nova pobreza globalizada não resulta de falta de recursos humanos ou materiais, mas tão só do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial.

De acordo com vários autores como Santos (2002), as disparidades entre países ricos e pobres aumentaram significativamente durante a era da globalização, embora esta seja marcada por progressos significativos na tecnologia, comércio e investimento e por um impressionante aumento da prosperidade, se comparada com os períodos anteriores. O mundo se dividiu entre duas partes: um mundo cada vez mais rico com as desigualdades no crescimento da renda entre países cada vez mais decrescentes e outro cada vez mais pobre com divergências na renda cada vez mais crescentes entre países. Nota-se com rigor nunca antes visto que o poder econômico global é dominado por empresas multinacionais sediadas no Norte: das 100 maiores economias do mundo, 47 são empresas multinacionais; 70% do comércio mundial é controlado por 500 empresas multinacionais; 1% das empresas multinacionais detém 50% do investimento direto estrangeiro (SANTOS, 2002).

O fosso entre ricos e pobres continuará a aumentar durante a primeira metade do século XXI, conduzindo à uma instabilidade social tanto no centro como na periferia (SANTOS, 2002; PNUD, 2005). As disparidades se estendem a outros indicadores como o emprego, a saúde e à educação.

Na saúde, há igualmente progressos, porém, 99% das mortes maternas ocorrem em países em desenvolvimento. Nos países pobres, até 30% de mortes de mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos) são provocadas por causas relacionadas com a gravidez, comparativamente com menos de 1% das mortes nos países desenvolvidos. No ano 2000, registaram-se 400 mortes maternas para cada 100.000 nascidos vivos em países pobres, uma taxa 19 vezes mais elevada que a dos países ricos.

O risco de morte de uma mãe de um país em desenvolvimento foi de 1 em 61 em 2000, 460 vezes mais elevado que o risco de 1 em 28.000 nos países desenvolvidos (GUIMARÃES, 2008). A má nutrição afeta na atualidade 852 milhões de pessoas no mundo, das quais 815 milhões vivem em países em desenvolvimento, 28 milhões nos chamados “países em transição” (a maior parte, países da ex-União Soviética e Europa Oriental), e 9 milhões no mundo industrializado. A má nutrição é uma das principais causas de mortalidade infantil e responde por quase a metade das 10,4 milhões de mortes infantis a cada ano nos países pobres.

5. Medidas para a redução das assimetrias entre ricos e pobres na era da globalização

Se os mercados de capital funcionassem perfeitamente, não haveria relação entre investimento e distribuição da riqueza: qualquer pessoa com oportunidade de investimento rentável poderia pedir um empréstimo para financiá-lo ou vender uma participação patrimonial em uma empresa criada para fazer investimento.

Por outro lado, o poder desigual conduz à formação de instituições que perpetuam desigualdades de poder, *status* e de riqueza.

As boas instituições são equitáveis de maneira fundamental: para prosperar, uma sociedade deve criar incentivos para que uma vasta maioria da população invista e inove. Segundo o PNUD (2005), uma distribuição mais equitativa do rendimento funcionaria como um forte catalisador da redução acelerada da pobreza, pelo que, quando se trata de redução da privação de rendimento, a distribuição é tão importante como o crescimento. Neste sentido, o Banco Mundial entende que a redução das desigualdades globais dependerá principalmente das políticas internas aplicadas em países pobres com impacto sobre o crescimento e desenvolvimento (redistribuição equitativa de riqueza, poder e *status*, bem como desenvolvimento institucional), mas, a ação global pode mudar as condições externas e afetar o impacto das políticas internas. Nesse sentido, as ações domésticas e globais são complementares. Além disso, o nivelamento da economia global e dos campos de ação políticos requer normas mais justas para o funcionamento dos mercados globais, participação mais efetiva dos países pobres nos processos de definição de normas globais e mais ações destinadas a ajudar a criar e manter as dotações de países pobres e pessoas de baixa renda.

A posição do Banco Mundial é secundada pelo PNUD (2005), segundo o qual a ajuda ao desenvolvimento está no coração da nova parceria para o desenvolvimento porque fornece aos governos os recursos para fazer os múltiplos investimentos na saúde, educação e infraestruturas econômicas necessários para romper os ciclos de privação e apoiar a recuperação econômica e os recursos precisam de ser adequados à escala do hiato de financiamento. Para que tal surta efeitos desejados, porém, os países em desenvolvimento têm a responsabilidade de criar um ambiente em que a ajuda possa produzir resultados ótimos e os países ricos têm a obrigação de agir segundo os seus compromissos através de: prestação de ajuda em quantidade suficiente para apoiar a decolagem do desenvolvimento humano; prestação de ajuda numa base previsível, de baixos custos de transação, valorizada e eficaz que exige “apropriação nacional”.

De acordo com Santos (2002), a construção de um modelo alternativo de sociedade, no qual formas igualitárias e solidárias possam sobrepor-se aos interesses particulares do capital deve ser o caminho. Segundo Santos (2002) é preciso reconhecer que a exclusão social só poderá ser enfrentada através de mecanismos políticos, se o objetivo prioritário for construir uma sociedade mais justa. Governar a globalização passa, portanto, por decisões políticas que questionem o modelo vigente e levem à construção de um projeto alternativo de estrutura social: equitativo, sustentável, plural e democrático”.

Portanto, a promoção de um desenvolvimento inclusivo na era da globalização requer a redução da pobreza, desemprego e subemprego; trazer os países periféricos

aos sistemas de conhecimento global e à cadeia de valor global e assegurar que as comunidades marginalizadas tenham acesso à habitação, saúde, educação e outros serviços sociais, e que são capazes de exercer os seus direitos cívicos, civis e políticos, bem como expandir as suas capacidades e habilidades.

De acordo com o PNUD (2005), as reformas liberalizantes passam pela promoção do comércio justo no quadro da Organização Mundial do Comércio como uma das medidas importantes para impulsionar o desenvolvimento dos países pobres, fundamentalmente nos seguintes aspetos: profundos cortes no apoio governamental dos países ricos à agricultura e proibição de subsídios à exportação para um máximo de 5% a 10% do valor da produção, com uma proibição imediata dos subsídios diretos e indiretos à exportação; profundos cortes nas barreiras às exportações dos países em desenvolvimento, através de fixação das tarifas máximas dos países ricos sobre as importações dos países em desenvolvimento num valor nunca superior ao dobro do nível das suas tarifas médias, ou 5% a 6%; compensação para os países que perdem a preferência.

Embora as preferências dos países ricos pelas importações de alguns países em desenvolvimento distribuam benefícios limitados no conjunto, a sua retirada teria o potencial de causar elevados níveis de desemprego e, em casos particulares, choques na balança de pagamentos. Assim, deveria ser criado um fundo para reduzir os custos de ajustamento que os países vulneráveis enfrentam; proteger o espaço político para o desenvolvimento humano por meio de incorporação das melhores práticas internacionais adaptadas às condições locais e modeladas através de processos políticos, democráticos e participativos, particularmente, o direito dos países em desenvolvimento de proteger os produtores agrícolas da concorrência injusta das exportações subsidiadas dos países ricos. Deveria ser respeitado nas regras da OMC; um compromisso para evitar que os arranjos nos acordos regionais de comércio, especialmente em áreas como o investimento e a propriedade intelectual, passem por cima das políticas nacionais desenvolvidas no contexto das estratégias de redução da pobreza e; orientação das negociações de serviços para os movimentos temporários de trabalho, dando menos ênfase à rápida liberalização dos sectores financeiros e mais ênfase à criação de regras que permitam aos trabalhadores provenientes de países em desenvolvimento melhor acesso aos mercados de trabalho dos países ricos. Assim será possível redistribuir os recursos e tornar a globalização mais inclusiva.

6. Considerações finais

A globalização traduz-se na rápida integração dos países e das economias nacionais em um único sistema que é acelerada pela eficiência das tecnologias modernas de comunicação e engloba aspetos como locais de produção, comércio, fluxos de capital, fluxos de informações, legislações internacionais e tratados, Organizações Não Governamentais internacionais, ideias convergentes sobre comportamentos governamentais aceitáveis, etc.

A globalização é caracterizada pelas conexões econômicas, políticas, sociais, culturais, científicas, tecnológicas e militares, que trazem consigo o aumento exponencial das desigualdades sociais, as grandes movimentações transfronteiriças de pessoas

como emigrantes, turistas ou refugiados, o protagonismo das empresas e das instituições financeiras multilaterais e as práticas culturais e identitárias e as novas formas de busca do saber ou do conhecimento.

De forma geral, a literatura sugere que as disparidades entre países ricos e pobres aumentaram significativamente durante a era da globalização. A riqueza, o rendimento, os recursos e o consumo concentram-se nas sociedades desenvolvidas, enquanto grande parte do mundo em vias de desenvolvimento debate-se com a pobreza, a fome, as doenças e a dívida externa. O aprofundamento da assimetria entre ricos e pobres é resultante da (re) distribuição desigual dos recursos e de políticas domésticas pouco favoráveis ao desenvolvimento.

Como medidas para minimizar as assimetrias entre os países pobres e ricos na era da globalização, é necessário a promoção de um desenvolvimento inclusivo que resultará na redução da pobreza, desemprego e subemprego.

Diante dessas assimetrias entre ricos e pobres na era da globalização, é necessário que haja um esforço conjunto por parte dos países, organizações internacionais e sociedade civil para promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável. Isso envolve a implementação de políticas que reduzam a desigualdade econômica, como a redistribuição de renda, o fortalecimento das capacidades produtivas dos países do Sul, o investimento em educação e saúde, e a promoção de um comércio mais justo e equilibrado. Somente assim será possível alcançar uma globalização mais inclusiva e que beneficie a todos.

Em suma, a globalização trouxe benefícios, mas também reforçou as assimetrias entre ricos e pobres na era da globalização. As desigualdades de acesso aos benefícios, a competição desigual, a concentração de poder e as heranças históricas explicam essas disparidades entre o Norte e o Sul. Para construir um mundo mais equitativo, é essencial promover políticas que visem reduzir essas assimetrias, proporcionando oportunidades igualitárias para todos os países.

Referências

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial – Visão Geral: Equidade e Desenvolvimento*. Washington, DC, 2006.

BARBOSA, Rubens Antônio. Estratégias de competitividade. In: LACERDA, Antonio Correa de. *Crise e oportunidade: o Brasil e o cenário internacional*. São Paulo: Lazuli Editora, 2006.

BAUMAN, Zigmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 3.ed. São Paulo: SENAC, 2000.

GIDDENS, A. *O Mundo na Era da Globalização*. Lisboa: Editorial, 2004.

GUILLOCHON, Berbard; GUEDES, Francisco Correa. 1998. *Economia Internacional*, 2ª ed, Planeta Editora, Lisboa.

GUIMARÃES, Roberto P. *Globalização, desigualdade e pobreza: a insustentabilidade sócio ambiental do Livre comércio*, Núcleo GASA, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro. 2008.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. *Nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil: um enfoque de longo prazo*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MINC, Alain. *Vantagens da globalização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano – Cooperação Internacional numa Encruzilhada: Ajuda, Comércio e Segurança num mundo desigual*. Lisboa. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os Processos da Globalização, 2002. Disponível em: <https://www.eurozine.com/os-processos-da-globalizacao/>. Acesso 19 de Dezembro de 2019.

SANTOS, Milton. A Natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SENE, Eustáquio de. Globalização e espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2. ed, 2004.

SILVA, Manuel Carvalho Da. 2017. Globalização e Desigualdades. Disponível em: <https://www.jn.pt/opiniao/carvalho-da-silva/interior/2-5592606.html>. Acesso 19 de Dezembro de 2019.

